

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT06.011

## FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A INCLUSÃO ÉTNICO-RACIAL

Mildred Paes da Silva Gonçalves<sup>1</sup>Simone Rezende da Silva<sup>2</sup>

### RESUMO

Este estudo aborda a trajetória histórica da educação no Brasil, com foco na exclusão de negros e indígenas do processo educacional ao longo de sua história. A educação brasileira foi centralizada e dirigida por um modelo excludente, que negava o acesso de negros e indígenas às escolas, uma realidade que perdurou por décadas. A análise destaca a importância das políticas públicas educacionais, como a Política Nacional de Equidade e Educação para as Relações Étnico-Raciais, implementadas pelo Ministério da Educação (MEC), que visam promover a inclusão étnico-racial no sistema educacional. No entanto, mesmo com a existência dessas políticas, ainda é possível observar grandes desigualdades no acesso à educação, e principalmente a permanência no ambiente escolar, especialmente entre negros e pardos. Além disso, esta pesquisa examina a necessidade de formação continuada para professores, com ênfase na conscientização em práticas antirracistas, essenciais para a efetivação da inclusão étnico-racial nas escolas. Ao analisar dados de pesquisa sobre o conhecimento e as práticas dos docentes, o estudo evidencia a falta de preparo de muitos educadores para implementar

1 Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Práticas Docentes da Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES, mildredpaes@yahoo.com.br

2 Orientadora e Professora do Programa de Mestrado Profissional em Práticas Docentes da Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES, simone.silva@unimes.br

políticas de inclusão, o que reforça a necessidade de ações concretas para transformar o cenário educacional brasileiro, garantindo uma educação justa e igualitária para todos.

**Palavras-chave:** Educação. Antirracista, Étnico-racial

## INTRODUÇÃO

A história da educação brasileira revela um processo profundamente marcado pela exclusão racial, no qual a população negra foi sistematicamente privada do acesso à instrução formal desde o período colonial. Essa estrutura excludente, consolidada ao longo dos séculos, contribuiu para a formação de desigualdades educacionais persistentes, que ainda se refletem nos indicadores contemporâneos.

Essa pesquisa tem como justificativa a compreensão dessa trajetória educacional e analisar políticas públicas e as práticas atuais, promovendo uma reflexão e ação para a transformação do ambiente educacional.

Com a chegada dos europeus às terras que hoje é o Brasil, os colonizadores portugueses iniciaram o processo de exploração com a escravização indígena. Usaram como justificativa a ideia de que os indígenas eram selvagens. No processo de escravidão indígena, os portugueses tiraram dos indígenas todo seu direito sobre a terra de seus ancestrais e seus direitos humanos, os reduzindo a animais para trabalho nas palavras de Munanga; Gomes (2016, p.13).

Toda essa exploração foi marcada por violência e sofrimento, os indígenas resistiram o quanto puderam, mas mesmo lutando foram massacrados, pois os portugueses tinham armas feitas com pólvora e, também, trouxeram doenças que os povos indígenas não tinham imunidade como gripe e varíola, o que causou um massivo extermínio indígena.

Dessa forma era necessário recorrer a uma nova força de trabalho. Foi, então que se iniciou o processo de escravidão africana no Brasil. Os povos africanos, assim como os indígenas, foram despojados de sua cultura, tiveram seus nomes, história e modos de vida completamente apagados e foram forçados a servir à vontade e ordens dos portugueses.

Entender todo o processo de escravidão e formação do território brasileiro é fundamental para entender a sociedade atual do Brasil. A história e identidade brasileira é constituída de povos oriundos de partes distintas do globo terrestre.

Indígenas, africanos e europeus deixaram suas bagagens culturais até os dias de hoje, porém não de maneira igualitária, pois os europeus não foram coisificados e reduzidos a mercadorias, não tiveram seus nomes e culturas minimizados e apagados, não foram impedidos de falar suas línguas ao contrário de africanos e indígenas. Porém, com muita resistência, memórias e culturas se mantiveram em vigor e hoje influenciam a cultura e modos de vida no Brasil.

Para tanto, é de extrema importância lembrar fatos históricos para compreender a necessidade atual de discutir temas e políticas públicas para a inclusão e promoção de uma educação antirracista. Garantir o acesso e permanência desses povos na educação não é tão simples o quanto parece.

A escravidão deixou de acontecer em 1888, há apenas 137 anos. Se tratando de devolver a participação social desses povos na sociedade e incluí-los verdadeiramente educação é pouco tempo, mas é preciso garantir o acesso e permanência escolar dos povos negros e indígenas através de políticas públicas direcionadas a esse objetivo.

Por isso, este trabalho tem como objetivo entender a trajetória educacional brasileira, que por muito tempo excluiu negros da formação escolar, discussão fundante para compreensão de desigualdades sociais. A partir disso, analisar as políticas públicas existentes para educação étnico-racial o quanto são importantes e necessárias para promover a equidade e discutir se, de fato, o professor consegue desenvolver uma prática antirracista em suas aulas.

Para além destes fatos, refletir sobre a formação docente para a inclusão étnico-racial e de como é fundamental mudar o percurso educacional para que não seja reproduzida a história dos colonizados, mas sim, a história de resistência dos povos negros e indígenas, para que possamos buscar uma equidade educacional no Brasil.

O percurso metodológico foi pautado pela análise de legislações que dispõem sobre o ensino da cultura indígena e africana e análise da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e

Educação Escolar Quilombola (Pneerq). Além disso, como aporte referencial foi utilizado de autores como Kabengele Munanga, Lélia Gonzalez, Bárbara Carine, Djamila Ribeiro e Paulo Freire, que contribuem com explicações sobre racismo e educação.

As análises feitas resultaram na criação de um projeto transdisciplinar para a educação Antirracista voltadas para alunos do 6º ano do Ensino Fundamental II com base nas habilidades da BNCC, esta proposta apresentará sugestões de atividades para que docentes de diferentes componentes curriculares apliquem práticas antirracistas em suas aulas durante o ano letivo e não só em datas comemorativas específicas.

## METODOLOGIA

A metodologia adotada neste trabalho baseia-se na pesquisa documental, que consiste na análise de documentos oficiais, legislações, publicações acadêmicas, dados do IBGE e textos históricos que tratam da exclusão étnico-racial no sistema educacional brasileiro. A escolha dessa abordagem fundamenta-se na necessidade de compreender, por meio de fontes oficiais, como vem sendo abordada a Educação Antirracista na educação brasileira. Assim, foram analisados dados do IBGE, documentos como o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2025), as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), implementada pelo MEC em 2024.

A partir da leitura e interpretação dessas fontes, buscou-se compreender a importância da formação docente como elemento central para a efetivação de práticas pedagógicas antirracistas. Assim, a pesquisa documental serviu como ferramenta fundamental para mapear os processos históricos de exclusão e propor caminhos para uma educação mais justa, inclusiva e comprometida com a diversidade étnico-racial.

## BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E A EXCLUSÃO ÉTNICO-RACIAL

A história da educação brasileira está profundamente marcada pela exclusão racial, principalmente em relação à população negra e aos povos indígenas. Desde o período colonial, grupos raciais foram sistematicamente privados do acesso à instrução formal, o que gerou desigualdades persistentes que ainda se refletem nos indicadores educacionais atuais. Compreender esse percurso é essencial para analisar práticas escolares contemporâneas e avaliar políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial.

Durante a colonização portuguesa, os povos indígenas foram inicialmente desumanizados, sendo tratados como seres sem racionalidade ou alma. A bula *Sublimis Deus*, proclamada pelo Papa Paulo III, reconheceu-os como filhos de Deus, legitimando a catequização forçada (Munanga; Gomes, 2016, p.13). Os colonizadores impuseram sua cultura, religião e língua aos indígenas, utilizando a conversão religiosa como instrumento de dominação territorial. Paralelamente, instaurou-se o trabalho escravizado indígena, sem direitos ou remuneração, o que levou ao extermínio de muitos povos em decorrência de doenças e conflitos armados. Diante da diminuição dessa mão de obra, os portugueses recorreram ao tráfico negreiro, iniciando a escravidão de africanos no século XVI (Munanga; Gomes, 2016, p.16).

Os africanos escravizados foram submetidos a um processo de apagamento identitário: tiveram suas línguas e religiões proibidas, foram forçados ao trabalho e tratados como mercadorias. Gonzalez (2022, p.87) ressalta que “a essência do racismo reside na negação total ou parcial da humanidade do negro e de outros povos não brancos”, e assim foi a dominação colonial, negando a humanidade do povo negro. Até o século XVII, a população branca representava apenas 35% dos habitantes do Brasil, enquanto negros e indígenas compunham 65% (Munanga; Gomes, 2016, p.21). Apesar disso, a educação colonial foi estruturada para aten-

der exclusivamente aos interesses da elite branca e cristã, por meio dos colégios jesuítas, voltados à catequização indígena e à manutenção da ordem colonial.

Com o avanço da imigração europeia no século XIX, o Estado passou a criar escolas para atender aos filhos de imigrantes, ignorando sistematicamente a população negra. A Constituição de 1824 previa a gratuidade do ensino primário, mas excluía pessoas escravizadas por não as reconhecer como cidadãs. O Ato Adicional de 1834 transferiu às Assembleias Provinciais a responsabilidade pela organização das escolas, permitindo que cada província estabelecesse critérios de acesso baseados em raça, condição jurídica, saúde e gênero. Assim, indígenas e negros escravizados foram legalmente impedidos de frequentar escolas públicas, consolidando um modelo educacional seletivo e excludente (Barros, 2016).

Nas décadas seguintes, manteve-se a proibição do acesso de pessoas escravizadas à educação. Somente na década de 1870 surgiram transformações graduais, como o ensino noturno e a Lei do Ventre Livre (1871). Algumas províncias passaram a permitir a frequência de escravizados às aulas noturnas, mediante autorização dos senhores. (Barros, 2016).

Com a abolição da escravidão, em 1888, esperava-se a inclusão educacional da população negra liberta; contudo, nenhuma política pública foi implementada para garantir esse direito. Persistiu, assim, um cenário de exclusão que perpetuou desigualdades sociais e educacionais no pós-abolição.

A obrigatoriedade da educação foi instituída em 1824, mas restrita a determinados grupos, apenas com a Constituição de 1934 a educação passou a ser um direito universal. Porém, os efeitos de séculos de exclusão educacional ainda são visíveis. Segundo a Pnad Contínua Educação 2023, a taxa de analfabetismo entre negros e pardos de 15 anos ou mais é de 7,1%, mais que o dobro da taxa entre brancos (3,2%) (IBGE, 2023). Esses dados evidenciam como a educação brasileira se estruturou de forma desigual e excludente, refletindo as decisões históricas sobre quem poderia ou não acessar a escola.

Diante desse percurso, torna-se evidente que a educação no Brasil foi construída sobre bases racistas e seletivas que privilegiaram grupos brancos e marginalizaram indígenas e negros. As marcas desse passado permanecem nos indicadores contemporâneos, demonstrando que o racismo estrutural continua a atravessar a sociedade e a escola. Reconhecer essa herança é passo fundamental para problematizar práticas pedagógicas atuais e fortalecer políticas públicas que promovam equidade racial, transformando a escola em um espaço de justiça e reparação histórica.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE EQUIDADE E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

Após muitos anos de negação ou falta de preocupação com a educação da população negra no Brasil, surgiram políticas públicas que buscam estrutura a educação antirracista. É claro, que ainda existe um longo percurso a percorrer, pois trata-se de uma implementação recente dessas políticas criadas a partir do ano de 2003 e que deram origem a esta temática. Temos duas legislações que afetam diretamente o ensino da cultura africana e indígena em sala de aula.

A implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 representa um marco fundamental na construção de uma educação antirracista no Brasil. Essas legislações tornaram obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena em todos os níveis da Educação Básica, reconhecendo a importância desses povos na formação da sociedade brasileira. Mais do que inserir novos conteúdos, as leis propõem uma mudança de perspectiva pedagógica, estimulando práticas que valorizem a diversidade cultural, combatam o racismo e promovam a equidade racial no ambiente escolar. Nesse sentido, a escola assume um papel central na desconstrução de estereótipos e na formação de cidadãos críticos, conscientes de sua história e comprometidos com a justiça social.



Observa-se que a as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 tornam obrigatório o ensino da história e cultura africana e indígena, porém a história contada e reproduzida no ambiente escolar, principalmente nos livros didáticos, continua perpetuando a visão colonizadora europeia. Não há destaque para as contribuições culturais dos indígenas e negros para a formação do Brasil, esses povos são apresentados como escravizados e reduzidos pelo olhar colonizador, nas palavras de Fonseca (2022, p.101) “ser negro e ser escravo eram entendido como sinônimos”. Mesmo estando nas duas legislações a promoção do regaste de contribuições sociais, econômicas e políticas dos povos africanos e indígenas no Brasil no âmbito de todo o currículo escolar ainda estamos muito distantes disso. Tal fato pode ser questionado pela formação do professor que atualmente é o docente em sala de aula. Se faz necessário entender a formação docente e a formação continuada desse professor, para que, então, seja possível a aplicação correta destas legislações.

O Ministério da Educação (MEC) lançou no ano de 2024 a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) que tem como um de seus objetivos a superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo nos ambientes de ensino e como público-alvo apresenta gestores, professores, funcionários e estudantes.

A Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola surge no contexto de falta de fiscalização em relação ao cumprimento da Lei nº 10.639/2003, modificada pela Lei nº 11.645/2008, ainda, pela falta de protocolos oficiais para a prevenção e respostas as ações racistas em ambiente escolar e pela desigualdade escolar entre negros e brancos. Segundo o Ministério da Educação (MEC, 2024) “a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola se faz fundamental para dar continuidade à implementação integral da lei, além de tratar de parte da reparação histórica com o povo negro e a população quilombola.”

A PNEERQ está estruturada em sete eixos estratégicos, que organizam as ações voltadas à promoção da equidade racial na educação brasileira:

### EIXO 1: GOVERNANÇA COORDENAÇÃO FEDERATIVA

Prevê a construção de uma rede de governança federativa para apoiar as redes de ensino nas dimensões institucionais relacionadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais (Erer) e à Educação Escolar Quilombola (EEQ). Inclui o investimento de R\$ 55 milhões por meio das modalidades PDDE/Erer e PDDE/EEQ do Programa Dinheiro Direto na Escola, e a criação do Selo Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva para reconhecer práticas pedagógicas e de gestão antirracistas.

### EIXO 2: DIAGNÓSTICO E MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639/2003

Foca na realização de um diagnóstico nacional de equidade étnico-racial em todas as redes estaduais e municipais de ensino e no desenvolvimento de indicadores e escalas para monitorar a implementação da Erer.

### EIXO 3: FORMAÇÃO DOS(AS) PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Propõe ações de formação continuada para docentes e profissionais da educação, incluindo iniciativas como o Parfor Equidade Quilombola e Racial, o Pibid Equidade e as redes PET de Educação Antirracista e de Educação Escolar Quilombola. Dados de 2020 revelam baixa formação específica: apenas 1,5% dos gestores e 0,9% dos docentes possuem formação mínima de 80 horas em Erer e cultura afro-brasileira.

## EIXO 4: MATERIAL DIDÁTICO E LITERÁRIO

Prevê a criação de uma comissão de especialistas para avaliação de materiais do PNLD, bem como a produção de cadernos pedagógicos, guias informativos e conteúdos audiovisuais alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

## EIXO 5: PROTOCOLOS DE PREVENÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E RESPOSTAS AO RACISMO NA EDUCAÇÃO

Inclui a elaboração e publicação de protocolos específicos para prevenção e resposta ao racismo em todos os níveis da educação, da infantil à superior.

## EIXO 6: AFIRMAÇÃO DAS TRAJETÓRIAS NEGRAS E QUILOMBOLAS

Visa à valorização das trajetórias de estudantes e educadores quilombolas, por meio da criação do Programa Nacional de Educação Escolar Quilombola (Escola Quilombo), da Rede Nacional de Educação Escolar Quilombola, da ampliação de bolsas do Programa de Bolsa Permanência e de ações intersetoriais emergenciais em territórios quilombolas. Também prevê o fortalecimento estrutural das escolas por meio de programas como o Novo PAC, PDDE, Fundeb e Estratégia Nacional de Escolas Conectadas.

## EIXO 7: DIFUSÃO DE SABERES

Busca ampliar o acesso ao conhecimento e à valorização das culturas negras e quilombolas. Dentre as ações, destacam-se o envio de materiais como os kits “A Cor da Cultura”, os Indicadores da Qualidade na Educação: Relações Raciais, o mapa Censo Quilombola e informativos do Educa-IBGE. Também está prevista a produção da Enciclopédia de Autores e

Autoras Negras e a criação do programa “Educação Antirracista em Diálogo”, no Canal Educação.

Políticas como esta mostram a preocupação do Estado com a inclusão e educação antirracista. É possível observar que o Ministério da Educação brasileiro reconhece a falta de fiscalização e implementação das legislações vigentes, assim, propõe ações para mudar a realidade atual por meio da PNEERQ. Ainda há um longo caminho para a efetivação desta política, mas reconhecer o problema, buscar estratégias para combater o racismo na educação é o início da trajetória para a transformação.

## **DESIGUALDADES NO ACESSO E PERMANÊNCIA ESCOLAR**

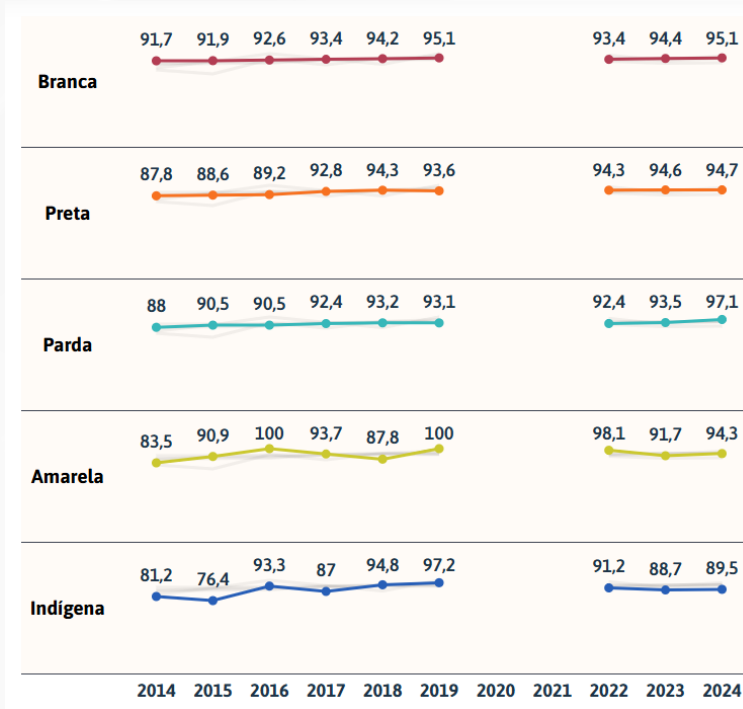
Quando observamos o panorama da história da educação brasileira no início deste trabalho, fica evidente a desigualdade escolar dos povos pretos ao longo do tempo. Mesmo a educação sendo garantida pela Constituição Federal ainda há uma lacuna a ser preenchida para que todos tenham não só o acesso a educação e, também a permanência escolar.

De acordo com o Anuário de Brasileiro da Educação Básica de 2025, entre os anos de 2013 e 2023 a desigualdade de aprendizado entre estudantes brancos, amarelos, negros e indígenas, no Brasil, aumentou.

O acesso e a permanência na educação brasileira também precisam ser analisados sob a ótica étnico-racial, pois a desigualdade racial está marcada na educação básica também e partir desta observação promover e aplicar políticas públicas para diminuir essa desigualdade.

No início da trajetória escolar, na etapa da Educação Infantil a diferença entra brancos e pretos no acesso à educação não é tão expressiva, conforme o gráfico abaixo:

**Figura 1:** gráfico de crianças entre 4 e 5 anos que frequentam a Educação infantil no Brasil

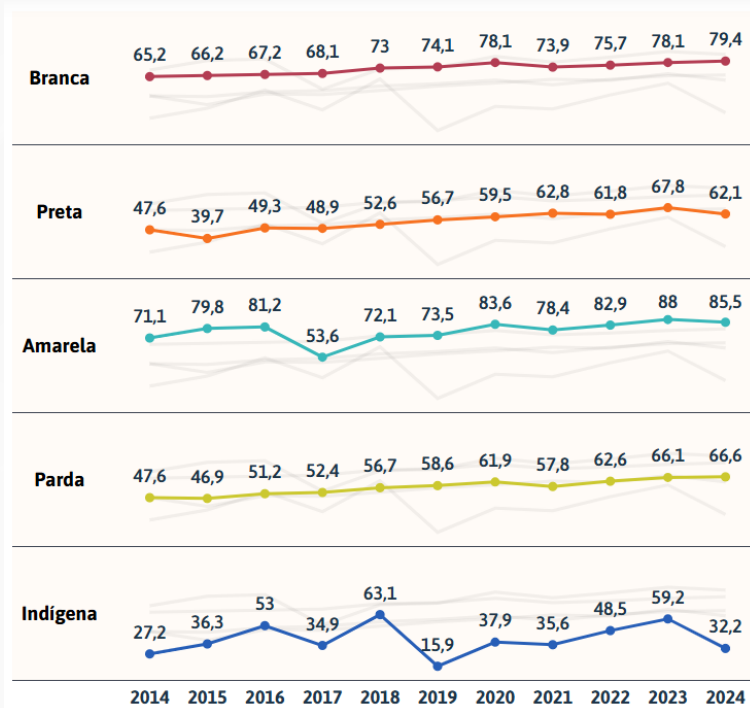


**Fonte:** Anuário Brasileiro de educação básica 2025.

Ao longo do período escolar o número de pretos e pardos matriculados e frequentando a escola apresenta queda, segundo o Anuário Brasileiro de educação básica 2025, essa queda pode ser explicada pela lacuna socioeconômica da população no Brasil e pelo histórico da formação da sociedade brasileira ao longo de séculos, desde a colonização até os dias atuais, marcadas ela desigualdade racial, econômica e pelo racismo estrutural também presente na educação.

Pensando na etapa final da Educação Básica no Brasil, o Ensino Médio, a diferença na conclusão deste segmento educacional entre pretos e brancos é bem evidente.

**Figura 2:** gráfico de Jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio no Brasil



**Fonte:** Anuário Brasileiro de educação básica 2025.

Diante dos dados apresentados, fica constatado que a desigualdade racial na educação básica brasileira não apenas existe, como se aprofunda ao longo da trajetória escolar. Embora o acesso à Educação Infantil esteja relativamente equilibrado entre crianças brancas e negras, as diferenças ficam acentuadas nas etapas seguintes, especialmente no Ensino Médio. Essa queda na permanência escolar de estudantes pretos evidencia os fatores estruturais, como as desigualdades socioeconômicas e o racismo estrutural, historicamente enraizados na formação da sociedade brasileira.

Portanto, é essencial que as políticas educacionais sejam marcadas pela perspectiva étnico-racial, considerando os indicadores sociais que interferem diretamente nas oportunidades educacionais. A promoção da equidade exige ações concretas que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar dos estudantes.

## FORMAÇÃO DOCENTE PARA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E INCLUSÃO ÉTNICO-RACIAL

Nas palavras Ribeiro (2019, p) reconhecer o racismo é melhor forma de combatê-lo, mas para além disso, o racismo está sempre em atualização. Ora, se o racismo também se atualiza seguindo as transformações dos tempos, por que o professor não está se atualizando nesta pauta tão importante na sociedade?

É fundamental que o professor, sobretudo os que estão ativos exercendo a docência, estejam em constante aperfeiçoamento de suas práticas, seja num curso de extensão, pós-graduação ou mesmo em palestras, oficinas e leituras.

A maior parte da população brasileira foi formada pela lente historiográfica da colonização eurocentrada, tratando como protagonista o europeu e mitigando os saberes e culturas dos indígenas e africanos pois os currículos educacionais, pouco mais de vinte anos atrás, não levava em consideração a importância de incluir os saberes étnico-raciais na educação. Portanto, a grande parte dos professores exercendo a profissão atualmente aprenderam desta forma. Por isso, é tão importante estar atualizado sobre práticas antirracistas.

Segundo Cecílio (2022) 85% dos docentes reconhecer haver legislação que torna obrigatório o ensino étnico-racial, porém 60% desses professores afirmar não existem aplicação desta prática. Entretanto 98% dos professores acreditam que a educação Antirracista é importante.

De acordo com Pevirguladez (2024, p.18) falta formação profissional e continuada dos professores quando se fala em educação antirracista, falta materiais pedagógicos para dar suporte ao docente e falta a inserção de Projeto Político Pedagógico nas escolas.

Com base nessas reflexões apresentadas fica evidente a lacuna de práticas antirracistas propostas pelos professores em ambiente escolar de educação básica.

Buscando contribuir para a formação continuada docente A Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola em seu eixo 07 propõe a formação de profissionais da educação em parcerias com Universidades e Institutos Federais ofertando cursos de aperfeiçoamento nas modalidades presenciais e a distância. Também é ofertado o Curso de Extensão “Formação para Docência e Gestão em Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola por meio Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi) em modalidade à distância com duração de 120 horas.

Para além dos cursos ofertados pelo MEC, o docente precisa buscar informações, autores e representantes da educação antirracista. Como aponta Carine (2023, p.145), o educador antirracista é aquele consciente da opressão que estruturam a sociedade e entende que para combater esse mal é preciso destruir suas bases.

Quando o professor entende o seu papel no combate ao racismo toda sua postura é modificada e suas ações ficam comprometidas com a educação antirracista. É mais do que necessário é um compromisso para transformar a educação brasileira ser um professor antirracista, não há espaço para a neutralidade. Nas palavras de Freire (2023, p.22)

O compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas “águas” os homens verdadeiramente comprometidos ficam “molhados”. Ensopados. Somente assim o compromisso é verdadeiro. Ao experienciá-lo, num ato que é necessariamente é corajoso, decidido e consciente, os homens já não se dizem neutros. A neutralidade frene ao mundo, frente ao histórico, frente aos valores, reflete apenas o medo que se tem de revelar o compromisso. Este medo quase sempre resulta de um “compromisso” contra os homens. Contra sua humanização, por parte dos que se dizem neutros. Estão “comprometidos” consigo mesmos, cm seus interesses ou com os interesses dos grupos aos quais pertence. E como este não é um compromisso verdadeiro assumem a neutralidade impossível.



A luta antirracista precisa ser de todos, pois o compromisso com a humanidade precisa ser solidário, feito em comunidade para então transformar a realidade através da educação. Por isso é necessário que o professor esteja comprometido com essa realidade de transformação social e educacional.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após essa análise fica evidente o quanto o professor ainda sofre para preparar suas aulas com práticas antirracistas. Seja por falta de acesso a materiais didáticos, falta de acesso aos cursos oferecidos pelo Ministério da Educação e Secretarias de Educação, ou mesmo pelo despreparo em cumprir as Legislações vigentes sobre ensino da cultura negra e indígena.

Como tentativa de suprir essa lacuna, foi criado um projeto transdisciplinar com o objetivo de sugerir práticas escolares para a educação inclusiva.

Este Projeto Transdisciplinar foi elaborado para estudantes do 6º ano do ensino fundamental II e tem por objetivo valorizar e reconhecer as contribuições dos povos indígenas e africanos na formação da cultura brasileira, promovendo a inclusão étnico-racial e práticas antirracistas no ambiente escolar.

O nome dado ao projeto é Educação Antirracista: Saberes Indígenas e Africanos, podendo ser desenvolvido em parcerias de componentes curriculares, como sugestão agregou-se Língua Portuguesa e História, Geografia e Ciências, Arte e Matemática e as atividades descritas apresentam as habilidades da Base Nacional Comum Curricular.

**Quadro 1:** Projeto Transdisciplinar Educação Antirracista: Saberes Indígenas e Africanos: Língua Portuguesa e História

<b>Língua Portuguesa e História</b>
<p>Habilidades da BNCC</p> <p>EF06LP05: Localizar, selecionar e organizar informações explícitas em textos de diferentes gêneros.</p> <p>EF06HI08: Identificar diferentes formas de expressão cultural dos povos indígenas e africanos e analisar sua permanência e transformação no tempo.</p>
<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Compreender a importância da cultura indígena e africana no Brasil atual.</li> <li>· Incentivar a pesquisa e a curiosidade sobre palavras, costumes, saberes e histórias desses povos.</li> <li>· Refletir sobre o papel da escola na construção de uma educação antirracista.</li> </ul>
<p>Desenvolvimento:</p> <p>Selecionar lendas indígenas e africanas, como sugestão a Lenda do Guaraná (indígena) e o Conto da Abayomi (africana) e realizar leitura compartilhada com os estudantes.</p>
<p>Atividades Propostas:</p> <p>Língua Portuguesa: criação de um glossário ilustrado com palavras de origem indígena e africana usadas na língua portuguesa atual.</p> <p>História: gravação de um podcast explicando as formas de expressão cultural e patrimônio Imaterial a partir das lendas e contos lidos.</p>
<p>Culminância:</p> <p>Exposição em conjunto com os outros componentes curriculares deste projeto para a escola, em formato de feira de atividades, murais ou estações de conhecimento apresentando o glossário e o podcast produzido pelos estudantes</p>

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

**Quadro 2:** Projeto Transdisciplinar Educação Antirracista: Saberes Indígenas e Africanos: Matemática e Arte

<b>Matemática e Arte</b>
<p>Habilidades da BNCC</p> <p>EF06MA20: Utilizar instrumentos de medida de comprimento, massa, capacidade, tempo e temperatura para realizar medições em situações do cotidiano.</p> <p>EF06AR08: Explorar diferentes formas de expressões culturais em diversas mídias e contextos, reconhecendo manifestações da cultura afro-brasileira e indígena</p>
<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Compreender a importância da cultura indígena e africana no Brasil atual.</li> <li>· Estimular o uso de práticas pedagógicas sensoriais, lúdicas e manuais.</li> <li>· Refletir sobre o papel da escola na construção de uma educação antirracista.</li> </ul>
<p>Desenvolvimento:</p> <p>Apresentar o conto Abayomi aos estudantes. Separar tecidos, régua e tesouras para a produção da boneca</p>

<b>Matemática e Arte</b>
<p>Atividades Propostas:</p> <p>Matemática: usas os conhecimentos de unidades de medida para medir e cortar os tecidos necessários.</p> <p>Arte: Produção das bonecas Abayom</p>
<p>Culminância:</p> <p>Exposição em conjunto com os outros componentes curriculares deste projeto para a escola, em formato de feira de atividades, murais ou estações de conhecimento apresentando a produção dos estudantes e ensinando os demais discentes da escola a produzir também.</p>

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

**Quadro 3:** Projeto Transdisciplinar Educação Antirracista: Saberes Indígenas e Africanos: Ciências e Geografia

<b>Ciências e Geografia</b>
<p>Habilidades da BNCC:</p> <p>EF06GE05: Reconhecer a diversidade dos usos e saberes dos povos sobre o meio natural.</p> <p>EF06CI04: Investigar, comparar e classificar substâncias a partir de propriedades como cor, cheiro, sabor e solubilidade.</p>
<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Compreender a importância da cultura indígena e africana no Brasil atual.</li> <li>· Incentivar a pesquisa e a curiosidade sobre costumes e práticas desses povos.</li> <li>· Estimular o uso de práticas pedagógicas sensoriais, lúdicas e manuais.</li> <li>· Desenvolver habilidades de pesquisa, leitura, escrita, cálculo e análise sensorial.</li> <li>· Refletir sobre o papel da escola na construção de uma educação antirracista.</li> </ul>
<p>Desenvolvimento:</p> <p>Em Geografia pesquisar as ervas que eram utilizadas em função medicinal por povos indígenas e africanos, utilizando mapas para localizar os povos e sites de pesquisa.</p> <p>Em Ciências produzir infusões para análise sensorial dos aromas e uma bancada com as ervas para a análise tátil.</p>
<p>Atividades Propostas:</p> <p>Produzir desenhos das ervas, com uma breve explicação sobre cada uma delas. Fazer a análise sensorial de aroma, cor e textura</p>
<p>Culminância:</p> <p>Exposição em conjunto com os outros componentes curriculares deste projeto para a escola, em formato de feira de atividades, murais ou estações de conhecimento apresentando os desenhos e explicações das ervas estudadas.</p>

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

A sugestão deste projeto é que seja trabalhado durante qualquer período do ano letivo, não só como atividade para semanas temáticas do calendário cultural escolar. Essa prática é para ser constante.

Para o desenvolvimento desse projeto e produção de atividades foram utilizadas habilidades da BNCC que são desenvolvidas ao longo do ano letivo nos componentes curriculares.

A educação Antirracista e a inclusão étnico-racial precisam ser constantes, é necessário que não só os estudantes, mas principalmente os docentes, percebam essa luta e que é possível inserir práticas simples como as apresentadas no cotidiano de suas aulas. Pensar de forma antirracista precisa estar inserido nas escolas, nas leituras feitas com os discentes, nos planos de aulas dos professores, nos leitores e referenciais teóricos que os docentes buscam e principalmente combater o preconceito de todas as formas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória histórica da educação brasileira revela um legado excludente, marcado pela marginalização dos povos indígenas e negros. Mesmo após a abolição da escravatura, a ausência de políticas efetivas de inclusão educacional contribuiu para a perpetuação de desigualdades estruturais que ainda hoje se manifestam nos indicadores de permanência na educação. Reconhecer esse problema é o primeiro passo para enfrentar os desafios atuais e construir uma educação verdadeiramente democrática e equitativa.

Neste contexto, o papel da formação docente é central. É preciso compreender que a educação antirracista não pode se resumir a datas comemorativas ou conteúdos pontuais. Trata-se de uma mudança profunda no currículo, nas práticas pedagógicas e, principalmente, na postura dos educadores. O professor antirracista não é apenas transmissor de conteúdos, mas agente de transformação social, consciente de seu papel na desconstrução do racismo estrutural presente nas escolas e na sociedade.

As políticas públicas, como as Leis nº 10.639/2003, nº 11.645/2008 e a recente Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), representam

importantes avanços legislativos no combate à desigualdade racial. No entanto, sua implementação ainda enfrenta sérios obstáculos, entre eles a falta de formação continuada de qualidade, escassez de materiais pedagógicos específicos, ausência de apoio institucional e resistência por parte de muitos docentes.

A análise dos dados evidenciou que muitos professores, embora reconheçam a importância da educação antirracista, não se sentem preparados para colocá-la em prática. Este cenário escancara a urgência de investimentos na formação inicial e continuada que valorizem a pluralidade cultural e enfrentem de forma direta o racismo nas práticas educativas. A neutralidade, como nos alerta Paulo Freire, não é uma opção, e assumir a luta antirracista é uma responsabilidade de todo educador comprometido com a transformação social.

Com base nessas reflexões, o projeto transdisciplinar proposto neste estudo surge como uma ferramenta para inspirar práticas pedagógicas inclusivas e antirracistas. Ao integrar diferentes componentes curriculares, o projeto evidencia que é possível trabalhar os saberes indígenas e africanos de forma integrada, valorizando as contribuições desses povos para a formação do Brasil e promovendo uma educação diversa e crítica.

Por fim, a luta por uma educação antirracista no Brasil exige o comprometimento de toda a comunidade escolar e o fortalecimento de políticas públicas que garantam equidade. Mais do que cumprir leis, trata-se de reescrever a história da educação a partir de uma perspectiva que reconhece, valoriza e respeita a diversidade étnico-racial. Que os professores sejam, portanto, sujeitos ativos dessa transformação, e que a escola cumpra seu papel social de formar cidadãos conscientes, críticos e engajados na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Surya. **Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, indígenas:** negros nas legislações educacionais do século XIX. Educ. Pesq. São Paulo, v.42, n., p.591-605, jul/set 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei Nº 10.639 de 08 de janeiro de 2003. **Diário Oficial da União**. Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm)> Acesso em 10 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei Nº 11.645 de 10 de março de 2008. **Diário Oficial da União**. Brasília, 11 mar. 2008. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm)> Acesso em 10 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Pneerq). Brasília: MEC, 2024. Disponível em: < <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq>> Acesso em 10 jun. 2025.

CECÍLIO, Camila. **Pesquisa revela realidade e desafio dos educadores para levar a perspectiva antirracista para o cotidiano escolar**. Nova Escola. 28 nov. 2022. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/21409/pesquisa-revela-realidade-e-desafios-dos-educadores-para-levar-a-perspectiva-antirracista-para-o-cotidiano-escolar>> Acesso em 01 out. 2025

CARINE, Bárbara. **Como ser um educador antirracista**. 5 ed. São Paulo: Planeta, 2023.

FONSECA, Marcus Vinicius. A história da educação dos negros- Da escravidão às políticas de ação afirmativa. In.: **Resistências na história de educação**. Perspectivas contra-hegemônicas. 1ed.Petrópolis:Vozes, 2025.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Educação 2023**/ IBGE, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em:< <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102068>> Acesso em: 10 jun. 2025.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Lino. **O negro no Brasil de hoje**. 2. ed. São Paulo: Global, 2016.

PEVIRGULADEZ, Allan. **Manual Prático de Educação Antirracista**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro de Educação Básica 2025**. Disponível em: < <https://anuario.todospelaeducacao.org.br/2025/index.html> > Acesso em: 10 out.2025.